MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Departamento de Contratações
Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

EDITAL Nº 7/2026 (PNCP) / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026-PGJ/RN
(Regido pela Lei Federal nº 14.133/2021)

Contratante:
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

UASG da Contratante:
925603

Objeto:
Aquisição de mobiliário corporativo (SRP)

Valor total da Contratação:
R$ 563.916,30 (quinhentos e sessenta e três mil, novecentos e dezesseis reais e trinta centavos)

Data de abertura da sessão Pública:
21/09/2026, às 9h, no sítio no www.gov.br/compras/pt-br

Critério de Julgamento:
Menor Preço

Modo de Disputa:
Aberto

Preferência ME/EPP/Equiparadas?
Amplo

Instrumento Contratual:
Nota de Empenho

Amostra:
Sim, conforme item 15 do Termo de Referência (TR)



Observações Gerais: O mobiliário deverá possuir garantia do fabricante no mínimo de 60 (sessenta) meses contra defeitos de fabricação e estruturais, contados a partir da emissão da nota fiscal.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Departamento de Contratações
Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

EDITAL Nº 7/2026 (PNCP) / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026-PGJ/RN
Procedimento de Gestão Administrativa (PGEA) nº 20.23.0464.0000193/2026-35

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (PGJ/RN)**, por meio do seu Agente de Contratação, designado pela PORTARIA Nº 1.096/2023-PGJ/RN, de 29 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte (DOE/RN) nº 15.501, edição de 02 de setembro de 2023, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021; Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações; Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, Resoluções nº.s 40/2023-PGJ/RN, 171/2023-PGJ/RN e 12/2024-PGJ/RN, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:
Data da sessão: 21 de setembro de 2026
Horário: 9h (horário de Brasília/DF)
Local: Porta de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações: Até o dia 16/9/2026

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIO CORPORATIVO (MESAS DE REUNIÃO, MESAS DE TRABALHO, ESTAÇÕES DE TRABALHO, MESAS PARA COPA E GAVETEIROS), COM CARACTERÍSTICAS DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)**, com o objetivo de atender às demandas do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de

Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 É vedada a subcontratação do objeto contratual, conforme previsto no **item 4.5** do Anexo I - Termo de Referência.

1.4 Os produtos deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, e estar comprovadamente em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos produtos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante, na data de entrega das propostas.

1.5 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br).

2.2 A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da PGJ/RN por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade da cadastrada conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

c) empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

d) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

e) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

f) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

g) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

h) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

i) pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de

trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

j) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

k) Sociedades cooperativas, no que couber, de acordo com o objeto do certame, observando-se que não haja relação de subordinação jurídica, pessoalidade e habitualidade.

2.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8 O impedimento de que trata o **subitem 2.6**, **alínea "f"** será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

2.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem o **subitem 2.6, alíneas "d" e "e"** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11 O disposto no **subitem 2.6, alíneas "d" e "e"** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da contratada a elaboração do projeto

básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13 A vedação de que trata o **subitem 2.7** estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.14 Não poderão participar deste certame sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.15 Será vedada a participação de empresa que possua, em seu quadro societário, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas OU ocupantes de tais cargos ou funções quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do MPRN situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação ou ocupantes de tais cargos quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento

que culminou nesta licitação, tudo conforme dispõe o art. 3º da Resolução nº 37/2009, alterada pela Resolução nº 172/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público e o art. 1º da Resolução nº 6/2018-PGJ/RN.

2.16 Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação prevista neste Edital, o Agente de Contratação relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
e) não possui fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública ou vedação de participação nesta licitação.

3.4 A fornecedora enquadrada como microempresa **ou** empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1 Caso exista item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.5.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.5.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.5.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.5.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.5.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.5.6 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.5.7 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.5.8 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos calendário anteriores;

3.5.9 Constituída sob a forma de sociedade por ações;

3.5.10 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com a contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.6 A falsidade da declaração de que tratam os **subitens 3.3 ou 3.4** sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7 As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocados para apresentação, após a fase de envio de lances.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela fornecedora durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior ao lance já registrado pela fornecedora no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.13 O valor final mínimo parametrizado na forma do **subitem 3.11** possuirá caráter sigiloso para as demais fornecedoras e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total do item;

b) Marca;

c) Modelo;

d) Quantidade.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

4.2.1 A licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Caso o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que está contido no Termo de Referência, assumindo a proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e

utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8 A proposta de preços escrita a ser apresentada após a fase de lances eletrônicos e/ou negociação deve estar em conformidade com as seguintes exigências:
a) Constar Razão social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone e ou whatsapp, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (e-mail);
b) Informar **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, INDICAÇÃO DA MARCA E MODELO, CONFORME ITEM 3 DO ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA, COM INDICAÇÃO DO VALOR UNITÁRIO E TOTAL**;
c) Nos preços cotados deverão estar neles incluídas todas as despesas: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos;

4.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.10 As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos neste Edital.

4.12 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e as licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**

5.6 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 1,00 (um real).**

5.9 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 (quinze) segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10 As licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

5.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior,

será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5 Após o reinício previsto no subitem supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

5.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

5.14 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

5.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17 Em relação a ITENS NÃO EXCLUSIVOS para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17.5 A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.17.6 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.17.6.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta ordem:

5.17.6.1.1 Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.6.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei;

5.17.6.1.3 Desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.6.1.4 Desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.6.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.6.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.6.2.2 Empresas brasileiras;

5.17.6.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.6.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.18 Esgotados todos demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha da licitante vencedora ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

5.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta da primeira colocada permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1 A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

5.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4 O Agente de Contratação solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5 É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a seu

critério ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, sendo esta aceita pelo agente de contratação, antes de findo o prazo.

5.20 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública por prazo indeterminado, o seu reinício ocorrerá mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

5.20.1 Caso a suspensão da sessão pública tenha o seu reinício programado e comunicado na própria sessão, será desnecessária a observância do intervalo de **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

5.21 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) O **CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**, conforme Resolução nº 44/2007-CNJ e suas alterações, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico: www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) O **CADASTRO NACIONAL DAS EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União – CGU, no endereço eletrônico: www.portaltransparencia.gov.br/sancoes, conforme Lei Federal nº 12.846/2013;

c) O **CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União no endereço eletrônico: www.portaltransparencia.gov.br/sancoes;

d) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

6.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.2.2 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

6.3 Caso conste na consulta de situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2 A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3 Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

6.4 Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.

6.5 Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a

proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6 Será desclassificada a proposta que:

6.6.1 Contiver vícios insanáveis;

6.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e anexos;

6.6.3 Apresentar propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme estipulado no Anexo III – Valores Máximos, não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação;

6.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7 Além das disposições acima, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

6.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 6.7, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

a) Que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8 Na hipótese de existirem indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas

diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a) Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

b) Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

c) Levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;

d) Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

e) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

f) Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

g) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

h) Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;

i) Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

j) Estudos setoriais;

k) Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

l) Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;

m) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.9 Para fins de análise da proposta e documentos complementares quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor técnico requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.10 Na hipótese da proposta apresentada pela primeira classificada não for aceita, o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pela segunda classificada. Seguir-se-á com a verificação da proposta e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.11 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13 Os resultados das avaliações das amostras serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e, por intermédio de documentação complementar encaminhada por meio eletrônico, quando solicitado pelo Agente de Contratação e apenas da licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

7.2.1 Os documentos deverão ser apresentados no prazo de até **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.

7.2.2 A prorrogação de prazo de envio da documentação somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação; ou de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

7.2.3 Após análise pelo Agente de Contratação dos documentos de habilitação enviados nos moldes do **subitem 7.2**, poderá ser aceita documentação complementar, desde que comprove a existência de uma situação ou fato cuja conclusão ou consumação deu-se até a abertura da sessão de licitação, conforme entendimento firmado pelo TCU nos Acórdãos do TCU 2.673/2021, 2.443/2021 e 468/2022, todos do Plenário.

7.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4 Na hipótese da licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para as licitantes individuais.

7.6 As licitantes que estiverem em SITUAÇÃO VÁLIDA no SICAF poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e ECONÔMICO-FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, desde que todos os documentos e/ou certidões estejam dentro da validade e inseridos no sistema.

7.7 Para fins de habilitação no presente certame será avaliado a seguinte documentação e declarações:

7.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa individual (Requerimento de Empresário);

b) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, em se tratando de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores. No caso de alterações será admitido o Estatuto ou o Contrato Social consolidado e aditivos posteriores, se houver;

c) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

d) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

7.7.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Conforme requisito constante no **ITEM 14 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

7.7.3 **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão:

a_1) Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há no máximo **90 (NOVENTA) DIAS** da data da convocação pelo Agente de Contratação.

a_2) No caso de **CERTIDÃO POSITIVA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

7.7.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, expedido pela Receita Federal;

b) Certidão de Regularidade do **FGTS – CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal;

c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos **TRIBUTOS FEDERAIS e à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, emitida pela Secretaria da Receita Federal;

d) Certidão Negativa de **DÉBITOS TRABALHISTAS** (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

e) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos **TRIBUTOS ESTADUAIS e à DÍVIDA ATIVA DO ESTADO** para as empresas inscritas no Estado do Rio Grande do Norte; ou Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO ESTADO** do domicílio ou sede da licitante;

f) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **TRIBUTOS DO MUNICÍPIO**, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.7.5 Além da regularidade da documentação abrangida pelo **SICAF, SERÁ VERIFICADO SE A LICITANTE APRESENTOU NO SISTEMA, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, AS DECLARAÇÕES ELENCADAS NO SUBITEM 3.3 DESTE EDITAL**, sendo visualizada somente a relação comprobatória de envio constante no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

7.7.6 DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE:

a) Declaração da licitante de que não possua em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas OU ocupantes de tais cargos ou funções quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do MPRN situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação ou ocupantes de tais cargos quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, conforme ANEXO II.

7.8 A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9 O Agente de Contratação deverá verificar a conformidade dos documentos de habilitação da licitante e proceder ao julgamento da habilitação.

7.10 Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11 No caso de necessidade de realização de diligências, com vistas ao saneamento da proposta ou habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder à licitante o prazo de **2 (duas) horas** para envio de documentação complementar.

7.11.1 É admitida a prorrogação de que trata o subitem anterior, limitado ao prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, nas seguintes situações: por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação; ou de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos para a verificação de conformidade.

7.12 Na hipótese da necessidade de suspensão da sessão pública, deverão ser observados os prazos do **subitem 5.15** deste Edital.

7.13 Na hipótese da licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente certame, observado os prazos dispostos neste edital.

7.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15 Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, de proponente declarado vencedor, a ele fica assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da declaração, prorrogável por igual período a pedido do interessado, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.15.1 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital,

sendo facultado à PGJ/RN convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou propor a revogação da licitação.

7.16 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ/MF e endereço respectivo, observando-se que:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial ou, no que couber, matriz;

c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou filial.

7.17 Os modelos anexados a este Edital servem apenas como orientação, não sendo motivo de inabilitação ou desclassificação, a apresentação de documentos que sejam elaborados de forma diferente e que contenham os elementos essenciais.

7.18 Após a consulta no SICAF, o(s) documento(s) referente(s) à “situação do fornecedor” integrará a documentação de habilitação da(s) licitante(s).

7.19 É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7.20 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.21 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que

esta apresente alguma restrição.

7.22 Os documentos exigidos e apresentados para habilitação, obtidos por meio de sites, poderão ter sua autenticidade verificada via internet.

7.23 A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada.

7.24 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail cpl@mprn.mp.br, devendo o Agente de Contratação, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

7.25 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.26 É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.26.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.27 As licitantes devem fornecer, quando requeridas, todas as informações necessárias para comprovar a autenticidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

8 DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação das licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

8.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**;

8.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Encerradas as fases do julgamento, da habilitação e recursos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que observará o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1 Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

9.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema eletrônico no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.2.1 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e as impugnações vincularão os participantes e a administração.

9.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cpl@mprn.mp.br.

9.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9.6 As modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação, na mesma forma e respeitados os mesmos prazos dos atos e dos procedimentos originais, exceto se a

alteração não comprometer a formulação das propostas e os requisitos da habilitação, resguardado o tratamento isonômico às licitantes.

9.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas nos sites www.mprn.mp.br e www.gov.br/compras/pt-br, para conhecimento da sociedade em geral e das licitantes, cabendo às interessadas em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Concluídos os trabalhos, o Agente de Contratação encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação da Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, para expedição e publicação dos atos de adjudicação e homologação.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A Procuradoria-Geral de Justiça é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços (ARP).

11.2 No momento da homologação da licitação, com o objetivo de formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata de Registro de Preços, será nela incluído, na forma de anexo, o registro:
a) Das licitantes não desclassificadas que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da adjudicatária, observada a classificação na licitação; e
b) Das licitantes não desclassificadas que mantiverem sua proposta original.

11.3 A licitante mais bem classificada será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação

11.4 O prazo que trata o subitem anterior, poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivação apresentada dentro do prazo e a justificativa

seja aceita pela PGJ.

11.5 No caso da licitante classificada em primeiro lugar não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado à PGJ convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pela primeira classificada.

11.6 Na hipótese de nenhuma das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em preços iguais aos da licitante vencedora aceitar a contratação nos termos do disposto no subitem anterior, a PGJ poderá:

a) Convocar as licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.7 As possibilidades previstas no **subitem 11.6** devem atender ao valor estimado para a contratação, nos termos deste Edital.

11.8 Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, bem como para as aquisições dela resultante, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação deste Edital.

11.9 A existência da ARP implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a PGJ a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, assegurada preferência à fornecedora registrada em igualdade de condições.

11.10 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

11.11 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis,

exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no Art. 14 da Resolução nº 171/2023-PGJ/RN.

11.12 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a PGJ, como órgão gerenciador, convocará a fornecedora para negociar a redução dos preços e, caso a fornecedora não aceite a redução, será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação da penalidade administrativa.

11.13 Na hipótese prevista no subitem anterior, a PGJ convocará as demais fornecedoras do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

11.14 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e a fornecedora não cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado à fornecedora requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

11.14.1 A fornecedora encaminhará acompanhado do pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas, cabendo a PGJ, como órgão gerenciador, a análise e deliberação a respeito do pedido, bem como eventual negociação do valor proposto.

11.14.2 Ainda que comprovado o disposto no subitem anterior, a PGJ, como órgão gerenciador, convocará as fornecedoras integrantes do cadastro de reserva, respeitada a ordem de classificação, para manifestarem se têm interesse em assumir o fornecimento ou execução dos serviços pelo preço registrado na ata.

11.14.3 Observadas as condições dos **subitens 11.14.1** e **11.14.2** e na ausência de manifestação dos integrantes do cadastro de reserva ou em não havendo êxito nas negociações com as fornecedoras, a PGJ atualizará o preço registrado, de acordo com

a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11.14.4 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e a fornecedora deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no Art. 18 da Resolução nº 171/2023-PGJ/RN, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

11.14.5 Se houver o cancelamento do registro da fornecedora, o órgão gerenciador convocará as licitantes remanescentes do cadastro de reserva, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

11.14.6 O requerimento de que trata o **subitem 11.14** deve ocorrer antes de a contratante realizar o pedido de fornecimento, cabendo à fornecedora cumprir o pedido de fornecimento já realizado nos preços originalmente registrados.

11.15 Não havendo êxito nas negociações relativas aos ajustes dos valores praticados no mercado, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.16 O registro da fornecedora será cancelado e formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando este:
a) Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
b) Convocado, não assinar o Instrumento de Contrato ou não retirar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese do **subitem 11.14.4**;
d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n° 14.133, de 2021;
e) Perder alguma das condições de habilitação durante a vigência da ARP.

11.17 Na hipótese prevista na alínea “d” do **subitem 11.16**, caso a penalidade aplicada à fornecedora não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, manter registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.18 Qualquer convocação das licitantes remanescentes do cadastro de reserva deverá observar a ordem de classificação, a compatibilidade dos preços registrados com o valor estimativo da contratação e as exigências de habilitação e de aceitabilidade da proposta prevista neste Edital.

11.19 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, em determinada ARP, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido da fornecedora, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado; ou

c) Se não houver êxito nas negociações para alteração dos preços registrados aos praticados no mercado.

11.20 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Estado e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.20.1 No ato de prorrogação da vigência da ARP, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

11.21 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública na condição de não participante.

11.22 Caberá à fornecedora beneficiária da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata,

assumidas com a PGJ.

11.23 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o **subitem 11.21** não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ARP para o órgão gerenciador.

11.24 O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para a PGJ, como órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.25 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela fornecedora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a PGJ como órgão gerenciador.

11.26 A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será encerrada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência ou pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.

11.27 O preço registrado, com a indicação das fornecedoras, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12 DO CONTRATO

12.1 A contratação será formalizada mediante retirada da respectiva Nota de Empenho, cuja minuta encontra-se no **Anexo V** deste Edital.

12.2 Após assinatura da Ata de Registro de Preços, a fornecedora registrada poderá ser convocada, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirada da **Nota de Empenho**, dentro do prazo de **5 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contado da data do

recebimento da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela fornecedora registrada durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela PGJ.

12.4 Por ocasião da retirada do respectiva **Nota de Empenho**, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros recursos se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

12.5 Poderá ser acrescentado à **Nota de Empenho** a ser recebida qualquer condição apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

12.6 Quando a licitante convocada não acusar o recebimento da **Nota de Empenho**, no prazo e nas condições estabelecidas, outra licitante poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela licitante vencedora.

12.6.1 Caso nenhuma das licitantes aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:
a) Convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
b) Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.7 A licitante contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, em até **25% (VINTE**

E CINCO POR CENTO), do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.8 A transmissão dos atos referentes à execução contratual poderá ser efetuada mediante meio eletrônico, devendo haver a comprovação efetiva do recebimento do ato pela contratada, o qual será aceito com sua expressa concordância.

13 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes deste certame correrão por conta dos recursos do orçamento do Ministério Público do RN:

Órgão: 14 - Procuradoria-Geral de Justiça;

Unidade: 131 - Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público do RN

Orçamentária: 03 - Essencial à Justiça, 091 – Defesa da Ordem Jurídica, 0100– Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado;;

Projeto/Atividade: 201201 - Manutenção e funcionamento do MPRN

Fonte(s): 0759 - Recursos Diretamente arrecadados

Natureza da Despesa: 4490.52 - Equipamentos e material permanente.

14 DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado nos termos do **Item 10** do Anexo I – Termo De Referência, bem como respeitando as disposições abaixo:

a) A PGJ poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital;
b) É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a apresentação, no momento da liquidação da despesa, de prova de regularidade, conforme **subitem 7.7.4** deste Edital.

15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, Resolução 40/2023-PGJ/RN, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

15.2.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante a licitação.

15.2.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
c) Pedir para ser desclassificada quando encerrada a etapa competitiva; ou
d) Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

15.2.3 Não receber Nota de Empenho ou celebrar Instrumento Contratual, conforme o caso, ou ainda, não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.2.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a aceitar, assinar ou retirar Termo de Contrato, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.2.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.2.5 Fraudar a licitação.

15.2.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

15.2.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.2.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013 (Lei Anticorrupção).

15.3 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Procuradoria-Geral de Justiça/RN poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as sanções previstas no Anexo I – Termo de Referência.

15.4 Nos casos omissos, aplicar-se-ão as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na Resolução nº 40/2023-PGJ/RN, publicada no DOE/RN nº 15.400, de 04 de abril de 2023.

16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

16.3 Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a

descrição do objeto constante no sistema eletrônico, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital e seus anexos.

16.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses dispêndios, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

16.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no endereço do sítio eletrônico www.mprn.mp.br.

16.12 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

16.13 A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente ato de convocação, independentemente de declaração expressa.

16.14 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado no País, EXCETO AQUELES DE NATUREZA TÉCNICA VINCULADA AO OBJETO.

16.15 Esclarecimentos ou quaisquer outras informações suplementares com relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital serão dirimidas pelo Agente de Contratação, no horário das 8h às 17h, de segunda a quinta-feira, e, das 8h às 14h na sexta-feira.

16.16 Toda comunicação oficial ocorrerá por e-mail, por meio do sistema COMPRASNET ou por publicação, nos termos da legislação.

16.17 Os dados pessoais tornados públicos pelo certame deverão ser resguardados por todas as licitantes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

16.18 Durante a vigência do contrato, será vedado à licitante contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

16.19 As questões decorrentes da execução deste Instrumento Convocatório, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Natal/RN.

16.20 Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:
Anexo I Termo de Referência;

Anexo II Modelo Declaração de Regularidade (Resolução nº 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 6/2018-PGJ/RN);

Anexo III Valores Máximos;

Anexo IV Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo V Nota de Empenho.

Natal/RN, 4 de setembro de 2026

JORGE ALVARES NETO:1704907

Assinado de forma digital por JORGE ALVARES NETO:1704907
Dados: 2026.09.04 11:57:02 -03'00'

JORGE ÁLVARES NETO
Chefe do Departamento de Contratações

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Cep 59065-555, Natal/RN
Telefone(s): 84 99972-3405 E-mail: dadm@mprn.mp.br

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mobiliário corporativo (mesas de reunião, mesas de trabalho, estações de trabalho, mesas para copa e gaveteiros), com características de acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PCD), com o objetivo de atender às demandas do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), conforme as condições, quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência (TR).

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A necessidade desta contratação fundamenta-se, primordialmente, no hiato temporal de renovação patrimonial do MPRN. Desde o ano de 2019, a instituição não realiza aquisições vultosas de mobiliário corporativo, o que resultou em um acervo físico que apresenta avançados sinais de desgaste natural, avarias estruturais e obsolescência funcional. A falta de reposição periódica compromete não apenas a estética das unidades, mas a própria salubridade e eficiência do ambiente de trabalho.

2.2 A contratação é o instrumento para a execução do Plano de Acessibilidade do MPRN, tendo como premissa obrigatória a aquisição de mobiliário adaptado para Pessoas com Deficiência (PCD). A solução visa atender ao percentual mínimo exigido pela legislação vigente, garantindo que as mesas de reunião, de trabalho, estações e mesas de copa possuam vãos livres e dimensões em conformidade com a NBR 9050 da ABNT.

2.3 Considerando a busca pela eficiência no gasto público, a aquisição dos itens ocorrerá de forma gradual, apenas quando houver necessidade comprovada, através do Sistema de Registro de Preços. A estratégia de gestão adotada seguirá as

seguintes diretrizes:

- Prioridade para PCD: As novas aquisições focarão na garantia de acessibilidade nos postos de trabalho e áreas comuns.
- Logística de Remanejamento: Os móveis atuais que estiverem em bom estado de conservação, mas que não possuam características de acessibilidade, serão remanejados para outras unidades ou setores que necessitarem de complementação de layout e que não demandem, naquele posto específico, a adaptação imediata para PCD.
- Otimização de Recursos: Com essa medida, o MPRN evita o descarte prematuro de bens patrimoniais utilizáveis, concentrando o investimento na modernização inclusiva da instituição.

2.4 A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) fundamenta-se na natureza da demanda, caracterizada pela necessidade de entregas parceladas e pela impossibilidade de prever com exatidão a data da falha definitiva de cada equipamento. Portanto, o caso se amolda perfeitamente às hipóteses dos incisos I, II e III do art. 3º da Resolução nº 171/2023 - PGJ, uma vez que os bens exigem contratações frequentes, mas com cronograma de requisição imprevisível.

2.4.1 A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela necessidade de uma transição gradual e planejada para um ambiente acessível. O modelo permite ao MPRN realizar a substituição do mobiliário obsoleto (sem renovação desde 2019) à medida que as demandas de acessibilidade e novas instalações administrativas surjam, evitando a manutenção de estoques físicos elevados e garantindo a eficiência na gestão do patrimônio e dos recursos públicos.

2.5 Os bens a serem adquiridos nesta contratação são classificados como **bens comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva, com base em especificações usuais do mercado.

2.6 O objeto desta contratação **não se caracteriza como bem de luxo**, conforme os critérios estabelecidos na Resolução nº 37/2023-PGJ/RN.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 Seguem abaixo detalhes da descrição do objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
1	**MESA REDONDA PARA REUNIÕES, NA COR ARGILA, CONTENDO A SEGUINTE DESCRIÇÃO MÍNIMA:** **1. Dimensões Gerais** ● Formato: Circular (Redondo). ● Diâmetro: 120 cm. ● Altura do Plano Superior: Mínimo de 76 cm e máximo de 80 cm. ● Vão Livre Inferior (Acessibilidade): Altura livre mínima de 73 cm em relação ao piso, garantindo a aproximação frontal de pessoa em cadeira de rodas (PCR), conforme ABNT NBR 9050. **2. Tampo (Superfície de Trabalho)** ● Material: Chapa única de MDF ou MDP. ● Espessura: 25 mm. ● Revestimento: Ambas as faces (superior e inferior) revestidas em laminado melamínico de baixa pressão (BP) na cor Argila, garantindo a estabilidade dimensional do painel e evitando empenamento. ● Bordas: Acabamento em todo o perímetro com fita de PVC, espessura mínima de 2 mm, na mesma cor do laminado. ● Sistema de Fixação: O tampo deve possuir buchas metálicas embutidas na face inferior para recepção de parafusos. **3. Estrutura e Base** ● Coluna Central: Tubo de aço carbono cilíndrico com diâmetro mínimo de 75 mm e parede compatível com a carga para garantir estabilidade absoluta. ● Base: 04 (quatro) travessas superiores e 05 (cinco) travessas inferiores (patas em tubo de aço de seção oblonga) em aço SAE 1020 com ponteiras de acabamento injetadas em polipropileno. ● Estabilidade: O conjunto deve ser projetado para evitar basculamento ou vibração excessiva durante o uso. ● Nivelamento: Sapatas reguláveis com rosca metálica, injetadas em polietileno ou nylon de alta resistência, com base inferior em borracha antiderrapante e	UNID	01	30

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	antiriscos. **4. Tratamento e Acabamento Metálico** ● A estrutura metálica deverá receber tratamento antiferruginoso (desengraxante, decapagem e fosfatização) e acabamento em pintura epóxi na cor preta. **5. Normas de Referência e Conformidade** ● O produto deve atender integralmente aos parâmetros de ergonomia e acessibilidade da ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) Observação 1: Sistema de Fixação e Durabilidade: A fixação entre a estrutura metálica e o tampo deverá ser realizada, obrigatoriamente, por meio de buchas metálicas embutidas (insertos) e parafusos de rosca milimétrica. Não será admitida, sob qualquer hipótese, a fixação por parafusos diretamente no substrato da madeira (sistema autorroscante), visando garantir a integridade do material e permitir múltiplos ciclos de montagem e desmontagem. Observação 2: Acabamento e Segurança de Soldagem: As uniões metálicas devem ser executadas pelo processo de solda com acabamento industrial superior. As superfícies devem ser perfeitamente lisas, homogêneas e isentas de porosidades, borras, escórias, respingos ou quaisquer arestas cortantes que possam oferecer risco ao usuário ou comprometer a estética da peça. Observação 3: Será admitida uma variação dimensional de até 10% (dez por cento) nos parâmetros nominais, **desde que estes não possuam indicação expressa de limite "mínimo" ou "máximo"**. Em nenhuma circunstância a tolerância aplicada poderá resultar em dimensões que infrinjam os requisitos de acessibilidade, vãos livres ou alturas ergonômicas obrigatórias estabelecidas pela norma **ABNT NBR 9050**. Observação 4: a mesa deverá atender a Norma ABNT NBR 9050 e suas atualizações.			
2	**MESA REDONDA PARA REUNIÕES, NA COR ARGILA CONTENDO A SEGUINTE DESCRIÇÃO MÍNIMA:**	UNID	01	30

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	1. Dimensões Gerais ● Formato: Circular (Redondo). ● Diâmetro: 100 cm. ● Altura do Plano Superior: Mínimo de 76 cm e máximo de 80 cm. ● Vão Livre Inferior (Acessibilidade): Altura livre mínima de 73 cm em relação ao piso, garantindo a aproximação frontal de pessoa em cadeira de rodas (PCR), conforme ABNT NBR 9050. **2. Tampo (Superfície de Trabalho)** ● Material: Chapa única de MDF OU MDP. ● Espessura: 25 mm. ● Revestimento: Ambas as faces (superior e inferior) revestidas em laminado melamínico de baixa pressão (BP) na cor Argila, garantindo a estabilidade dimensional do painel e evitando empenamento. ● Bordas: Acabamento em todo o perímetro com fita de PVC, espessura mínima de 2 mm, na mesma cor do laminado. ● Sistema de Fixação: O tampo deve possuir buchas metálicas embutidas na face inferior para recepção de parafusos. **3. Estrutura e Base** ● Coluna Central: Tubo de aço carbono cilíndrico com diâmetro mínimo de 75 mm e parede compatível com a carga para garantir estabilidade absoluta. ● Base (Pés): Configuração com 04 (quatro) patas em tubo de aço de seção oblonga. ● Estabilidade: O conjunto deve ser projetado para evitar basculamento ou vibração excessiva durante o uso. ● Nivelamento: Sapatas reguláveis com rosca metálica, injetadas em polietileno ou nylon de alta resistência, com base inferior em borracha antiderrapante e antiriscos. **4. Tratamento e Acabamento Metálico** ● A estrutura metálica deverá receber tratamento antiferruginoso (desengraxante, decapagem e			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	fosfatização) e acabamento em pintura epóxi na cor preta. **5. Normas de Referência e Conformidade** ● O produto deve atender integralmente aos parâmetros de ergonomia e acessibilidade da ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) Observação 1: Sistema de Fixação e Durabilidade: A fixação entre a estrutura metálica e o tampo deverá ser realizada, obrigatoriamente, por meio de buchas metálicas embutidas (insertos) e parafusos de rosca milimétrica. Não será admitida, sob qualquer hipótese, a fixação por parafusos diretamente no substrato da madeira (sistema autorroscante), visando garantir a integridade do material e permitir múltiplos ciclos de montagem e desmontagem. Observação 2: Acabamento e Segurança de Soldagem: As uniões metálicas devem ser executadas pelo processo de solda com acabamento industrial superior. As superfícies devem ser perfeitamente lisas, homogêneas e isentas de porosidades, borras, escórias, respingos ou quaisquer arestas cortantes que possam oferecer risco ao usuário ou comprometer a estética da peça. Observação 3: Será admitida uma variação dimensional de até 10% (dez por cento) nos parâmetros nominais, **desde que estes não possuam indicação expressa de limite "mínimo" ou "máximo"**. Em nenhuma circunstância a tolerância aplicada poderá resultar em dimensões que infrinjam os requisitos de acessibilidade, vãos livres ou alturas ergonômicas obrigatórias estabelecidas pela norma **ABNT NBR 9050**. Observação 4: a mesa de trabalho deverá atender a Norma ABNT NBR 9050 e suas atualizações.			
3	**MESA RETA PARA PCD COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:** **1. Dimensões e Ergonomia** ● Largura: 120 cm ● Profundidade: mínimo 90 cm. ● Altura: Mínimo de 76 cm e máximo de	UNID	01	50

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	80 cm. ● Vão Livre Inferior (Acessibilidade): Altura livre mínima de 73 cm em relação ao piso, medida da face inferior da estrutura até o chão, garantindo a aproximação frontal de Pessoa em Cadeira de Rodas (PCR), conforme ABNT NBR 9050. **2. Tampo (Superfície de Trabalho)** ● Material: Chapa única de MDF ou MDP de alta densidade. ● Espessura: 25 mm. ● Revestimento: Ambas as faces (superior e inferior) revestidas em laminado melamínico de baixa pressão (BP) na cor Argila, garantindo a estabilidade dimensional do painel e evitando empenamento. ● Bordas: Acabamento em todo o perímetro com fita de PVC de no mínimo 2 mm de espessura, aplicada pelo processo de colagem por fusão (*hotmelt*), contínua, sem interrupções e na mesma cor do laminado. ● Passagem de fiação: 02 (dois) orifícios redondos com diâmetro de 60 mm, equipados com passa-cabos (tapa-furos) em polipropileno na cor do laminado. ● Sistema de Fixação: O tampo deve possuir buchas metálicas embutidas na face inferior para recepção de parafusos. **3. Painel Frontal (Saia)** ● Material: Chapa única de MDF ou MDP com espessura mínima de 18 mm. ● Revestimento: Ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP). ● Bordas: Acabamento com fita de PVC de 2 mm em todas as extremidades expostas. ● Fixação: Sistema de montagem através de parafusos e tambores tipo minifix em zamak, permitindo múltiplas montagens e desmontagens sem perda de estabilidade estrutural. ● Dimensões: Largura de 100 cm e altura de 30 cm. **4. Estrutura e Pés Laterais**			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	● Pés (coluna): Estrutura metálica lateral composta por coluna em chapa de aço (mínimo 1,5 mm de espessura) com dimensões de 20 x 180 mm. ● Travessas: Superior em tubo de aço com a dimensão mínima 550 x 40 x 20 mm e inferior em tubo de aço elíptico (oval) com a dimensão mínima de 550 x 60 x 25 mm. ● Gestão de Cabos: Calha interna em polipropileno de alto impacto, com divisão de no mínimo 02 (dois) dutos para separação de fiação lógica e elétrica, percorrendo toda a extensão da coluna. Tampa da coluna em chapa de aço, removível através de parafusos, com acabamento preto fosco. ● Base: Sapatas niveladoras reguláveis em polipropileno com haste metálica roscada para correção de irregularidades no piso. **5. Sistema de Fixação (Tampo x Estrutura)** ● Componentes: Fixação realizada através de parafusos tipo Phillips (cabeça redonda) ou sextavado interno (cabeça cilíndrica). ● Segurança Técnica: O comprimento dos parafusos deve ser rigorosamente compatível com a espessura do tampo (25 mm) somada à espessura da chapa da estrutura, garantindo fixação firme sem risco de transpassar a superfície de trabalho. ● Base de Apoio: Travessa superior de fixação ao tampo em tubo de aço com espessura mínima de 1,5 mm, pintada em epóxi-pó preta. **6. Acabamento Metálico e Normas** ● Tratamento: Processo antiferruginoso completo (desengraxante, decapagem e fosfatização). ● Pintura: Eletrostática a pó (epóxi-pó) com cura em estufa, na cor preta. ● Conformidade Normativa: O produto deve atender integralmente aos parâmetros de ergonomia da NR-17 e de acessibilidade da ABNT NBR 9050 em suas atualizações vigentes. Observação 1 (Soldagem): As uniões metálicas devem possuir acabamento industrial superior, sem porosidades, respingos, rebarbas ou			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	arestas cortantes. Observação 2: Será admitida uma variação dimensional de até 5% (cinco por cento) nos parâmetros nominais, **desde que estes não possuam indicação expressa de limite "mínimo" ou "máximo"**. Em nenhuma circunstância a tolerância aplicada poderá resultar em dimensões que infrinjam os requisitos de acessibilidade, vãos livres ou alturas ergonômicas obrigatórias estabelecidas pela norma **ABNT NBR 9050**. Observação 3: Não será admitida, sob qualquer hipótese, a fixação por parafusos diretamente no substrato da madeira (sistema autorroscante), visando garantir a integridade do material e permitir múltiplos ciclos de montagem e desmontagem. Observação 4: a mesa deverá atender a Norma ABNT NBR 9050 e suas atualizações.			
4	**MESA RETA PARA PCD COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:** **1. Dimensões e Ergonomia** ● Largura: 100 cm ● Profundidade: mínimo 90 cm. ● Altura: Mínimo de 76 cm e máximo de 80 cm. ● Vão Livre Inferior (Acessibilidade): Altura livre mínima de 73 cm em relação ao piso, medida da face inferior da estrutura até o chão, garantindo a aproximação frontal de Pessoa em Cadeira de Rodas (PCR), conforme ABNT NBR 9050. **2. Tampo (Superfície de Trabalho)** ● Material: Chapa única de MDF ou MDP de alta densidade. ● Espessura: 25 mm. ● Revestimento: Ambas as faces (superior e inferior) revestidas em laminado melamínico de baixa pressão (BP) na cor Argila, garantindo a estabilidade dimensional do painel e evitando empenamento. ● Bordas: Acabamento em todo o perímetro com fita de PVC de no mínimo 2 mm de espessura, aplicada pelo processo de colagem por fusão (*hotmelt*), contínua, sem interrupções e	UNID	01	50

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	na mesma cor do laminado. ● Passagem de fiação: 02 (dois) orifícios redondos com diâmetro de 60 mm, equipados com passa-cabos (tapa-furos) em polipropileno na cor do laminado. ● Sistema de Fixação: O tampo deve possuir buchas metálicas embutidas na face inferior para recepção de parafusos. **3. Painel Frontal (Saia)** ● Material: Chapa única de MDF ou MDP com espessura mínima de 18 mm. ● Revestimento: Ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP). ● Bordas: Acabamento com fita de PVC de 2 mm em todas as extremidades expostas. ● Fixação: Sistema de montagem através de parafusos e tambores tipo minifix em zamak, permitindo múltiplas montagens e desmontagens sem perda de estabilidade estrutural. ● Dimensões: Largura de 80 cm e altura de 30 cm. **4. Estrutura e Pés Laterais** ● Pés (coluna): Estrutura metálica lateral composta por coluna em chapa de aço (mínimo 1,5 mm de espessura) com dimensões de 20 x 180 mm. ● Travessas: Superior em tubo de aço com a dimensão mínima 550 x 40 x 20 mm e inferior em tubo de aço elíptico (oval) com a dimensão mínima de 550 x 60 x 25 mm. ● Gestão de Cabos: Calha interna em polipropileno de alto impacto, com divisão de no mínimo 02 (dois) dutos para separação de fiação lógica e elétrica, percorrendo toda a extensão da coluna. Tampa da coluna em chapa de aço, removível através de parafusos, com acabamento preto fosco. ● Base: Sapatas niveladoras reguláveis em polipropileno com haste metálica roscada para correção de irregularidades no piso. **5. Sistema de Fixação (Tampo x Estrutura)** ● Componentes: Fixação realizada através de parafusos tipo Phillips			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	(cabeça redonda) ou sextavado interno (cabeça cilíndrica). ● Segurança Técnica: O comprimento dos parafusos deve ser rigorosamente compatível com a espessura do tampo (25 mm) somada à espessura da chapa da estrutura, garantindo fixação firme sem risco de transpassar a superfície de trabalho. ● Base de Apoio: Travessa superior de fixação ao tampo em tubo de aço com espessura mínima de 1,5 mm, pintada em epóxi-pó preta. **6. Acabamento Metálico e Normas** ● Tratamento: Processo antiferruginoso completo (desengraxante, decapagem e fosfatização). ● Pintura: Eletrostática a pó (epóxi-pó) com cura em estufa, na cor preta. ● Conformidade Normativa: O produto deve atender integralmente aos parâmetros de ergonomia da NR-17 e de acessibilidade da ABNT NBR 9050 em suas atualizações vigentes. Observação 1 (Soldagem): As uniões metálicas devem possuir acabamento industrial superior, sem porosidades, respingos, rebarbas ou arestas cortantes. Observação 2: Será admitida uma variação dimensional de até 5% (cinco por cento) nos parâmetros nominais, **desde que estes não possuam indicação expressa de limite "mínimo" ou "máximo"**. Em nenhuma circunstância a tolerância aplicada poderá resultar em dimensões que infrinjam os requisitos de acessibilidade, vãos livres ou alturas ergonômicas obrigatórias estabelecidas pela norma **ABNT NBR 9050**. Observação 3: Não será admitida, sob qualquer hipótese, a fixação por parafusos diretamente no substrato da madeira (sistema autorroscante), visando garantir a integridade do material e permitir múltiplos ciclos de montagem e desmontagem. Observação 4: a mesa deverá atender a Norma ABNT NBR 9050 e suas atualizações.			
5	**Estação de Trabalho Angular Simétrica (140x140x90x90):**	UNID	01	50

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	1. Dimensões e Geometria ● Configuração: Estação de trabalho em formato "L" simétrico. ● Medidas Nominais: Mínimo de 1400 mm x 1400 mm de largura/profundidade total. ● Profundidade dos Tampos: 900 mm em ambas as extensões (simétrica). ● Altura: Mínimo de 76 cm e máximo de 80 cm. ● Vão Livre Inferior (Acessibilidade): Altura livre mínima de 73 cm em relação ao piso, medida da face inferior da estrutura até o chão, garantindo a aproximação frontal de Pessoa em Cadeira de Rodas (PCR), conforme ABNT NBR 9050. **2. Tampo (Superfície de Trabalho)** ● Material: Chapa única de MDF ou MDP de alta densidade. ● Espessura: 25 mm. ● Revestimento: Ambas as faces (superior e inferior) revestidas em laminado melamínico de baixa pressão (BP) na cor Argila, garantindo a estabilidade dimensional do painel e evitando empenamento. ● Bordas: Acabamento em todo o perímetro com fita de PVC de no mínimo 2 mm de espessura, aplicada pelo processo de colagem por fusão (*hotmelt*), contínua, sem interrupções e na mesma cor do laminado. ● Passagem de fiação: 03 (três) orifícios circulares (Ø 60 mm), equipados com passa-cabos (tapa-furo) em polipropileno na cor do laminado. ● Sistema de Fixação: Face inferior com buchas metálicas embutidas para recepção de parafusos métricos, garantindo torque e resistência. **3. Painel Frontal (Saia)** ● Material: Chapa única de MDF ou MDP com espessura mínima de 18 mm. ● Revestimento: Ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP). ● Bordas: Acabamento com fita de PVC de 2 mm em todas as extremidades expostas.			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	● Fixação: O painel deve ser fixado diretamente à estrutura metálica ou aos pés de canto e laterais da estação. Sistema de montagem através de parafusos e tambores tipo minifix em zamak, permitindo múltiplas montagens e desmontagens sem perda de estabilidade estrutural. ● Dimensões: Largura de 120 cm e altura de 30 cm. 4. **Estrutura de Sustentação (Pés)** ● **Tratamento Metalúrgico:** Todas as partes de aço devem sofrer tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura eletrostática epóxi-pó preta, com cura em estufa. ● **Pé Lateral (Coluna Gerenciável):** ○ Coluna em chapa de aço com calha interna em polipropileno de alto impacto, com divisão de no mínimo 02 (dois) dutos para separação de fiação lógica e elétrica, percorrendo toda a extensão da coluna. Tampa da coluna em chapa de aço, removível através de parafusos, com acabamento preto fosco. ○ Pés (coluna): Estrutura metálica lateral composta por coluna em chapa de aço (mínimo 1,5 mm de espessura) com dimensões de 20 x 180 mm. ○ Travessas: Superior em tubo de aço com a dimensão mínima 550 x 40 x 20 mm e inferior em tubo de aço elíptico (oval) com a dimensão mínima de 550 x 60 x 25 mm. ○ Base: Sapatas niveladoras reguláveis em polipropileno com haste metálica roscada para correção de irregularidades no piso. ● **Pé de Canto (Reforço Estrutural):** ○ Fabricada em perfil tubular de aço carbono, com seção cilíndrico (Ø 3") ou quadrada de 80 x 80 mm, chapa de aço (mínimo 1,5 mm de espessura). ○ Base: Sapatas niveladoras reguláveis em polipropileno com haste metálica roscada para correção de irregularidades no piso.			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	5. **Calha Organizadora Horizontal de Fiação e Normas** ● Geometria: Perfil em formato "J" autoportante, confeccionado em chapa de aço (espessura mínima de 0,9 mm), com seção de 30 x 90 x 60 mm. ● Compartimentação: Deve possuir, no mínimo, 02 (duas) vias físicas distintas para a segregação de cabos de dados (lógica) e cabos de energia (elétrica), evitando interferências eletromagnéticas. ● Acabamento: Pintura eletrostática epóxi-pó na cor preta, acompanhando o padrão da estrutura metálica. ● Extensão e Posicionamento: Deverá ser instalada obrigatoriamente em toda a extensão longitudinal interna abaixo no tampo, garantindo o suporte total da fiação ao longo das duas faces da estação em "L" Observação 1 (Soldagem): As uniões metálicas devem possuir acabamento industrial superior, sem porosidades, respingos, rebarbas ou arestas cortantes. Observação 2: Será admitida uma variação dimensional de até 5% (cinco por cento) nos parâmetros nominais, **desde que estes não possuam indicação expressa de limite "mínimo" ou "máximo"**. Em nenhuma circunstância a tolerância aplicada poderá resultar em dimensões que infrinjam os requisitos de acessibilidade, vãos livres ou alturas ergonômicas obrigatórias estabelecidas pela norma **ABNT NBR 9050**. Observação 3: Não será admitida, sob qualquer hipótese, a fixação por parafusos diretamente no substrato da madeira (sistema autorroscante), visando garantir a integridade do material e permitir múltiplos ciclos de montagem e desmontagem. Observação 4: a estação de trabalho deverá atender a Norma ABNT NBR 9050 e suas atualizações.			
6	**Estação de Trabalho Angular Simétrica (160x160x90x90) para PCD:** **1. Dimensões e Geometria**	UNID	01	50

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	● Configuração: Estação de trabalho em formato "L" simétrico. ● Medidas Nominais: Mínimo de 1600 mm x 1600 mm de largura/profundidade total. ● Profundidade dos Tampos: 900 mm em ambas as extensões (simétrica). ● Altura: Mínimo de 76 cm e máximo de 80 cm. ● Vão Livre Inferior (Acessibilidade): Altura livre mínima de 73 cm em relação ao piso, medida da face inferior da estrutura até o chão, garantindo a aproximação frontal de Pessoa em Cadeira de Rodas (PCR), conforme ABNT NBR 9050. **2. Tampo (Superfície de Trabalho)** ● Material: Chapa única de MDF ou MDP de alta densidade. ● Espessura: 25 mm. ● Revestimento: Ambas as faces (superior e inferior) revestidas em laminado melamínico de baixa pressão (BP) na cor Argila, garantindo a estabilidade dimensional do painel e evitando empenamento. ● Bordas: Acabamento em todo o perímetro com fita de PVC de no mínimo 2 mm de espessura, aplicada pelo processo de colagem por fusão (*hotmelt*), contínua, sem interrupções e na mesma cor do laminado. ● Passagem de fiação: 03 (três) orifícios circulares (Ø 60 mm), equipados com passa-cabos (tapa-furo) em polipropileno na cor do laminado. ● Sistema de Fixação: Face inferior com buchas metálicas embutidas para recepção de parafusos métricos, garantindo torque e resistência. **3. Painel Frontal (Saia)** ● Material: Chapa única de MDF ou MDP com espessura mínima de 18 mm. ● Revestimento: Ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP). ● Bordas: Acabamento com fita de PVC de 2 mm em todas as extremidades expostas. ● Fixação: O painel deve ser fixado diretamente à estrutura metálica ou aos pés de canto e laterais da estação.			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	Sistema de montagem através de parafusos e tambores tipo minifix em zamak, permitindo múltiplas montagens e desmontagens sem perda de estabilidade estrutural. ● Dimensões: Largura de 140 cm e altura de 30 cm. 4. **Estrutura de Sustentação (Pés)** ● **Tratamento Metalúrgico:** Todas as partes de aço devem sofrer tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura eletrostática epóxi-pó preta, com cura em estufa. ● **Pé Lateral (Coluna Gerenciável):** ○ Coluna em chapa de aço com calha interna em polipropileno de alto impacto, com divisão de no mínimo 02 (dois) dutos para separação de fiação lógica e elétrica, percorrendo toda a extensão da coluna. Tampa da coluna em chapa de aço, removível através de parafusos, com acabamento preto fosco. ○ Pés (coluna): Estrutura metálica lateral composta por coluna em chapa de aço (mínimo 1,5 mm de espessura) com dimensões de 20 x 180 mm. ○ Travessas: Superior em tubo de aço com a dimensão mínima 550 x 40 x 20 mm e inferior em tubo de aço elíptico (oval) com a dimensão mínima de 550 x 60 x 25 mm. ○ Base: Sapatas niveladoras reguláveis em polipropileno com haste metálica roscada para correção de irregularidades no piso. ● **Pé de Canto (Reforço Estrutural):** ○ Fabricada em perfil tubular de aço carbono, com seção cilíndrico (Ø 3") ou quadrada de 80 x 80 mm, chapa de aço (mínimo 1,5 mm de espessura). ○ Base: Sapatas niveladoras reguláveis em polipropileno com haste metálica roscada para correção de irregularidades no piso. 5. **Calha Organizadora Horizontal de Fiação e Normas**			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	● Geometria: Perfil em formato "J" autoportante, confeccionado em chapa de aço (espessura mínima de 0,9 mm), com seção de 30 x 90 x 60 mm. ● Compartimentação: Deve possuir, no mínimo, 02 (duas) vias físicas distintas para a segregação de cabos de dados (lógica) e cabos de energia (elétrica), evitando interferências eletromagnéticas. ● Acabamento: Pintura eletrostática epóxi-pó na cor preta, acompanhando o padrão da estrutura metálica. ● Extensão e Posicionamento: Deverá ser instalada obrigatoriamente em toda a extensão longitudinal interna abaixo no tampo, garantindo o suporte total da fiação ao longo das duas faces da estação em "L" Observação 1 (Soldagem): As uniões metálicas devem possuir acabamento industrial superior, sem porosidades, respingos, rebarbas ou arestas cortantes. Observação 2: Será admitida uma variação dimensional de até 5% (cinco por cento) nos parâmetros nominais, **desde que estes não possuam indicação expressa de limite "mínimo" ou "máximo"**. Em nenhuma circunstância a tolerância aplicada poderá resultar em dimensões que infrinjam os requisitos de acessibilidade, vãos livres ou alturas ergonômicas obrigatórias estabelecidas pela norma **ABNT NBR 9050**. Observação 3: Não será admitida, sob qualquer hipótese, a fixação por parafusos diretamente no substrato da madeira (sistema autorroscante), visando garantir a integridade do material e permitir múltiplos ciclos de montagem e desmontagem. Observação 4: a estação de trabalho deverá atender a Norma ABNT NBR 9050 e suas atualizações.			
7	**Mesa para Copa Quadrada** **1. Dimensões Nominais** ● Largura x Profundidade: 900 mm x 900 mm. ● Altura do Plano Superior: Mínimo de 76 cm e máximo de 80 cm.	UNID	01	20

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	● Vão Livre Inferior (Acessibilidade): Altura livre mínima de 73 cm em relação ao piso, garantindo a aproximação frontal de pessoa em cadeira de rodas (PCR), conforme ABNT NBR 9050. **2. Tampo** ● Material: Chapa única de MDF ou MDP. ● Espessura: 25 mm. ● Revestimento: Ambas as faces (superior e inferior) revestidas em laminado melamínico de baixa pressão (BP) na cor Argila, garantindo a estabilidade dimensional do painel e evitando empenamento. ● Bordas: Acabamento em todo o perímetro com fita de PVC, espessura mínima de 2 mm, na mesma cor do laminado. ● Sistema de Fixação: O tampo deve possuir buchas metálicas embutidas na face inferior para recepção de parafusos. **3. Estrutura de Sustentação (Quadros e Pés)** ● Configuração:Estrutura periférica autoportante, constituída por 04 (quatro) pés individuais posicionados nas extremidades do tampo, integrados por um sistema de travessas superiores. ● Pés: Fabricados em tubo de aço carbono com seção quadrada (mínimo de 40 mm x 40 mm), com espessura de parede mínima de 1,5 mm. A fixação ao quadro superior deve ser realizada via solda contínua, com acabamento industrial superior, eliminando rebarbas ou porosidades. ● Os pés devem ser interligados por travessas superiores em aço (seção retangular ou quadrada). Este quadro deve sustentar o tampo em todo o seu perímetro, garantindo a estabilidade lateral e evitando o arqueamento da madeira (*selagem*) sob carga. ● Nivelamento: Cada pé deve possuir sapata regulável em polipropileno com rosca metálica e base em borracha antiderrapante, permitindo o ajuste individual para correção de irregularidades no piso. **4. Tratamento e Acabamento Metálico**			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	● Tratamento: Processo anticorrosivo completo (desengraxante, decapagem e fosfatização). ● Pintura: Eletrostática a pó (epóxi-pó) na cor Preta Fosca, com cura em estufa para máxima aderência e resistência a impactos. Observação 1: Sistema de Fixação e Durabilidade: A fixação entre a estrutura metálica e o tampo deverá ser realizada, obrigatoriamente, por meio de buchas metálicas embutidas (insertos) e parafusos de rosca milimétrica. Não será admitida, sob qualquer hipótese, a fixação por parafusos diretamente no substrato da madeira (sistema autorroscante), visando garantir a integridade do material e permitir múltiplos ciclos de montagem e desmontagem. Observação 2: Acabamento e Segurança de Soldagem: As uniões metálicas devem ser executadas pelo processo de solda com acabamento industrial superior. As superfícies devem ser perfeitamente lisas, homogêneas e isentas de porosidades, borras, escórias, respingos ou quaisquer arestas cortantes que possam oferecer risco ao usuário ou comprometer a estética da peça. Observação 3: Será admitida uma variação dimensional de até 5% (cinco por cento) nos parâmetros nominais, **desde que estes não possuam indicação expressa de limite "mínimo" ou "máximo"**. Em nenhuma circunstância a tolerância aplicada poderá resultar em dimensões que infrinjam os requisitos de acessibilidade, vãos livres ou alturas ergonômicas obrigatórias estabelecidas pela norma **ABNT NBR 9050**. Observação 4: A mesa de copa deverá atender a **Norma ABNT NBR 9050** e suas atualizações.			
8	**Gaveteiro Volante com 04 Gavetas** **1. Dimensões** ● Dimensões Nominais: 400 x 470 x 610 mm (Largura x Profundidade x Altura). **2. Estrutura e Tampos (Corpo do Móvel)** ● Substrato: Chapa de madeira industrializada de alta densidade (MDP	UNID	01	60

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	ou MDF), com tratamento antifúngico e cupinicida. ● Tampo Superior: Espessura mínima de 25 mm. Face superior revestida em laminado melamínico de baixa pressão (BP). Bordas em PVC ou poliestireno de 2,0 mm, aplicadas por fusão térmica (*hotmelt*). ● Tampos Inferior, Laterais e Fundo: Espessura mínima de 18 mm. Revestimento em laminado melamínico BP em ambas as faces na cor Argila. Bordas expostas com acabamento em fita de PVC/Poliestireno de 2,0 mm. O fundo deve ser estrutural, garantindo a esquadria do móvel. **3. Gavetas e Sistemas de Movimentação** ● Frentes de Gaveta: MDP/MDF de 18 mm, revestimento BP Argila em ambas as faces e bordas de 2,0 mm. ● Corpo da Gaveta: Confeccionado em chapa de aço carbono (mínimo bitola #22 - 0,75mm), com tratamento anticorrosivo (fosfatização) e pintura eletrostática epóxi-pó na cor Argila ou Preta. ● Corrediças: Sistema metálico tipo telescópico de extração total, com esferas de aço, garantindo deslizamento suave, silencioso e suporte de carga de no mínimo 15 kg por gaveta. ● Fechamento: Fechadura frontal com travamento simultâneo de todas as gavetas, tipo cilíndrica, acompanhada de 02 (duas) chaves escamoteáveis (dobráveis) com capa plástica. **4. Componentes e Acessórios** ● Puxadores: Modelo tipo alça, metálicos ou em polímero de alta resistência, com design ergonômico, acabamento resistente à oxidação e fixação por parafusos métricos internos. ● Rodízios: Conjunto de 04 (quatro) rodízios de duplo giro (360º), injetados em nylon ou polipropileno de alta resistência. Pelo menos 02 (dois) rodízios frontais devem possuir sistema de trava (freio). ● Sistema de Fixação: Montagem estrutural através de parafusos e			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE ESTIMADA
	dispositivos tipo minifix (tambor e parafuso em Zamak), permitindo estabilidade e possibilidade de desmontagem sem danos ao substrato. Observação 1: Sistema de Fixação e Durabilidade: A fixação entre a estrutura metálica e o tampo deverá ser realizada, obrigatoriamente, por meio de buchas metálicas embutidas (insertos) e parafusos de rosca milimétrica. Não será admitida, sob qualquer hipótese, a fixação por parafusos diretamente no substrato da madeira (sistema autorroscante), visando garantir a integridade do material e permitir múltiplos ciclos de montagem e desmontagem. Observação 2: Será admitida uma variação dimensional de até 5% (cinco por cento) nos parâmetros nominais, **desde que estes não possuam indicação expressa de limite "mínimo" ou "máximo"**.			

4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente pelo contratado. A contratação será realizada mediante emissão de Nota de Empenho, conforme previsto no Art. 95 da Lei nº 14.133/2021, e o fornecimento dos bens se dará em parcela única, de acordo com a nota de empenho ou documento equivalente.

4.2 Os bens comprados deverão ser entregues no Departamento de Patrimônio e Logística - sediado na BR 304, Km 305, Parnamirim/RN, em dias e horários de funcionamento da instituição. O transporte dos bens até o local de entrega será de responsabilidade do contratado, incluindo todos os custos e riscos envolvidos.

4.3 Os mobiliários deverão ser entregues **devidamente montados**, nivelados e prontos para o uso imediato. A montagem é de inteira responsabilidade da contratada e deverá ser realizada por profissionais qualificados, incluindo todo o material, ferragens e ferramentas necessárias, sem qualquer custo adicional para o MPRN.

4.4 Os móveis deverão estar acondicionados em embalagens adequadas que garantam a proteção contra impactos, umidade e riscos durante o transporte. Não

serão aceitos itens com avarias, lascas, riscos no tampo, partes frouxas ou qualquer defeito de fabricação/montagem.

4.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando não ser prática usual do mercado fornecedor de móveis a subcontratação e tendo em vista ser plenamente viável técnica e economicamente a execução integral do objeto por parte do contratado.

4.6 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.7 As quantidades especificadas para cada item são estimativas e podem não ser totalmente utilizadas pelo contratante durante a vigência da ARP.

5. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

5.1 A unidade requisitante sugere a seleção do fornecedor por meio de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, utilizando o critério de julgamento de MENOR PREÇO (conforme o art. 34 da Lei nº 14.133/2021), por item.

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A Dotação Orçamentária deverá ser informada pela Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade desta Procuradoria-Geral de Justiça em momento oportuno, após realização de pesquisa preços, porém, a unidade requisitante sugere a utilização da Ação n° 201201 – Estruturação Funcional e Reaparelhamento; Natureza de Despesa: 44.90.52 (Equipamentos e Material Permanente); Subelemento: 042 (Aquisição de Mobiliário e Instalações em Geral).

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 Executar este Termo de Referência (TR) em total conformidade com as cláusulas acordadas e as normas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

7.2 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação direta, especialmente a regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, devendo comprová-las no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação encaminhada pelo contratante.

7.3 Indicar formalmente, antes do início do fornecimento, um preposto que atuará como seu representante direto, facilitando a comunicação e a coordenação das atividades entre o contratado e o contratante.

7.4 Atender prontamente às convocações do contratante, respeitando os prazos estipulados em cada solicitação.

7.5 Confirmar formalmente o recebimento de qualquer comunicação oficial enviada pelo contratante no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis. A falta de confirmação dentro desse prazo poderá resultar na aplicação de sanções contratuais.

7.6 Comparecer pessoalmente, por meio de seu preposto, à sede da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ/RN) em data e horário especificados pelo contratante, caso não haja confirmação de recebimento dentro do prazo estabelecido no item 7.5, após convocação publicada no Diário Oficial do RN. O não comparecimento à essa convocação acarretará a aplicação de sanções contratuais.

7.7 Comunicar ao contratante, em até 2 (dois) dias úteis, qualquer alteração de dados cadastrais, como endereços, telefones, e-mails ou nome de representantes, que possam impactar a comunicação entre as partes.

7.8 Solicitar, com a devida antecedência, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações contratuais. Além disso, comunicar imediatamente ao contratante qualquer anormalidade ou dificuldade identificada na execução do objeto contratado.

7.9 Apresentar os preços de forma completa, incluindo todos os custos envolvidos no

fornecimento do objeto, como impostos, taxas, fretes e quaisquer outros encargos necessários para a perfeita execução do contrato.

7.10 Manter sigilo absoluto sobre qualquer informação relacionada à Administração Pública, servidores, processos ou dados sensíveis aos quais tiver acesso durante a contratação. Essa obrigação de confidencialidade persiste mesmo após o término do contrato, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

7.11 Responsabilizar-se civil, penal e administrativamente pela reparação de todos os danos, perdas e prejuízos que, direta ou indiretamente, decorram de sua ação ou omissão, por culpa ou dolo sua, de seus empregados, de seus prepostos ou de terceiros no exercício de suas atividades, causados ou provocados ao contratante e a terceiros, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte do contratante.

7.12 Cumprir rigorosamente as normas internas do contratante relativas ao controle de bens e ao acesso de pessoas em suas dependências.

7.13 Responsabilizar-se pela destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante a entrega e montagem (embalagens, restos de ferragens e proteções plásticas), vedado o descarte nas dependências do MPRN ou em lixo comum.

7.14. Observar, no caso do mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados, os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos a partir de fontes de manejo sustentável, quando aplicável, podendo o contratante exigir comprovação por certificado de cadeia de custódia ou documento equivalente, a ser apresentado pela contratada no prazo de 10 dias, contados da data do recebimento do pedido.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Termo de Referência, assegurando a conformidade com as cláusulas acordadas e as normas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

8.2 Permitir o acesso devidamente identificado dos empregados do contratado às dependências do contratante, exclusivamente para fins de fornecimento do objeto contratado, proporcionando as condições necessárias para o cumprimento das obrigações contratuais.

8.3 Fornecer os esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato que forem formalmente solicitados pelo contratado.

8.4 Efetuar o pagamento ao contratado dentro do prazo e da forma estabelecidos neste documento.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

9.1 O recebimento do objeto do contrato pelo contratante será realizado de acordo com as normas internas da Procuradoria-Geral de Justiça, a Lei nº 14.133/2021 e as cláusulas contratuais.

9.2 O objeto do contrato será recebido conforme as seguintes etapas:

9.2.1 Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

9.2.2 Definitivamente, por servidor(es) da unidade requisitante, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, até 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento, na unidade competente, da Nota Fiscal ou documento equivalente.

9.3 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os prazos para liquidação da despesa serão reduzidos pela metade.

9.4 Os prazos para liquidação poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período ao avençado, quando houver necessidade de

diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5 Constatada qualquer pendência em relação à documentação apresentada pelo credor, à prestação do serviço, à realização da obra ou à entrega do bem ou de parcela deste, deverá o contratado ser notificado para saná-la, interrompendo-se o prazo para emissão do termo de liquidação da despesa.

9.6 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o Termo de Referência - ou documento equivalente – ou em desacordo com o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.7 O contratado é obrigado a corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas e sem qualquer ônus para o contratante, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Essa obrigação deverá ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir do recebimento da notificação de recusa do objeto.

9.8 Bens ou produtos rejeitados ou entregues de forma equivocada deverão ser retirados pelo contratado do local de entrega, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação de recusa. A notificação deverá informar que a não retirada dos bens/produtos dentro do prazo estipulado será considerada renúncia à propriedade, autorizando o contratante a dar-lhes a destinação que julgar conveniente, como doação ou incorporação ao seu patrimônio.

9.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não isenta o contratado da responsabilidade civil pela solidez e segurança dos bens, nem da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação do Termo de Liquidação da Despesa.

10.2 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os prazos para pagamento serão reduzidos pela metade.

10.3 Os prazos para pagamento poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período ao avençado, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.4 Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou pagamento da despesa, o prazo para o pagamento deverá ser suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

10.5 No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

10.6 A emissão da Nota Fiscal ou documento equivalente é de responsabilidade exclusiva do contratado, devendo estar em conformidade com a legislação vigente.

10.7 Previamente a cada pagamento, o gestor do contrato deverá verificar a manutenção de todas as condições exigidas para a habilitação na licitação ou para a qualificação na contratação direta. A perda das condições de habilitação e da qualificação não ensejará, por si, a retenção de pagamento. Contudo, caso a contratada não promova a regularização, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

10.8 O pagamento das obrigações contratuais seguirá a ordem cronológica de exigibilidade, considerando cada fonte de recursos separadamente, por unidade administrativa, e subdividido nas seguintes categorias de contratos:

I - Fornecimento de bens;

II - Locações;

III - Prestação de serviços;

IV - Realização de obras.

10.9 A data de emissão do Termo de Liquidação da Despesa será considerada o marco inicial para a inclusão do crédito na ordem cronológica de pagamentos.

10.10 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente do contratado.

10.11 Será considerada a data do pagamento o dia que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.12 No caso de atraso de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo contratante atualização financeira à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

10.13 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: AF = I x N x VP, onde: AF = Atualização Financeira devida; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão definidas por meio de ato do Procurador-Geral de Justiça.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor estimado da contratação deverá ser informado nos autos processuais e observará a Resolução nº 048/2023-PGJ/RN, publicada no DOE nº 15.410, de 20 de abril de 2023.

13. SANÇÕES

13.1 O licitante ou o contratado serão responsabilizados administrativamente pelas

infrações previstas no art. 155 da Lei n° 14.133, de 2021.

13.2 Aplicam-se as seguintes sanções administrativas nos casos de inadimplemento das obrigações contratuais, observado o devido processo legal:

I - advertência, observando-se que:
a) a sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, de pequena relevância, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e;
b) considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactem objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à Administração;
c) o descumprimento dos tópicos 7.3 e 7.7 deste TR são condutas compatíveis com a aplicação de advertência, sem prejuízo de outras também compatíveis, desde que observadas as disposições das alíneas a) e b) deste inciso.

II - multa, da seguinte forma:

INADIMPLEMENTO / CONDUTAS	SANÇÕES	INCIDÊNCIA
1. Atraso injustificado no prazo de fornecimento do bem, conforme tópico 4.1 deste TR.	Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor total do contrato, pelo 1° (primeiro) dia de atraso;	Por ocorrência
	Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no edital ou no contrato;	
	Após 30 (trinta) dias de atraso, poderá ser caracterizada inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, podendo haver rescisão contratual.	
2. Não observar o prazo previsto no tópico 7.14 deste TR	Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor total do contrato, pelo 1° (primeiro) dia de atraso;	Por ocorrência
	Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no edital ou no contrato;	
	Após 30 (trinta) dias de atraso, poderá ser caracterizada inexecução parcial ou total	

INADIMPLEMENTO / CONDUTAS	SANÇÕES	INCIDÊNCIA
	do contrato, conforme o caso, podendo haver rescisão contratual.	
3. Descumprimento das demais obrigações previstas em contrato/TR, não especificadas nesta tabela.	Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, limitada à incidência de 30 (trinta) dias.	Por ocorrência
	Após 30 (trinta) dias de atraso, poderá ser caracterizada inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.	
4. Inexecução parcial do contrato.	Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.	Por ocorrência
5. Não manter sigilo quanto às informações que, por qualquer meio, venha a ter acesso ou manipule durante a contratação, conforme tópico 7.10 deste TR.	Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.	Por ocorrência
6. Não observar os prazos previstos nos tópicos 7.5 e 7.6 deste TR	Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor total do contrato, por dia, limitada a 10 dias.	Por ocorrência
	Após 10 (dez) dias de atraso, poderá ser caracterizada inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, podendo haver rescisão contratual.	
7. Inexecução total do contrato.	Multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.	_____

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com as penas de multa.

13.4 Os procedimentos e as competências relativos à aplicação das sanções previstas neste TR deverão obedecer à Resolução n°40/2023-PGJ/RN (Arts. 7º a 20), publicada no DOE n° 15.400, de 04 de abril de 2023.

13.5 O contratante poderá, preventivamente, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo, após

manifestação da unidade gestora da contratação.

13.6 A retenção preventiva, prevista no tópico 13.5, será efetivada pela Gerência de Execução Orçamentária e Financeira e os valores ficarão retidos pelo prazo máximo de cento e vinte dias, durante o qual ocorrerá a instrução do respectivo processo.

13.7. Observada a ordem abaixo estabelecida, o valor da multa e das indenizações aplicadas serão:
I – descontados dos pagamentos devidos pela Administração;
II – descontados dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com o MPRN;
III – depositados na conta do MPRN, após intimação do contratado para que efetue o pagamento;
IV – descontados do valor da garantia prestada;
V – cobrados judicialmente.

13.8 Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida:
a) leve: é o inadimplemento ou a falha que causa impacto ao certame ou à execução do contrato sem, no entanto, alterar sua continuidade ou sua finalidade;
b) média: é o inadimplemento ou a falha que causa impacto ao certame ou à execução do contrato, alterando sua continuidade e sua finalidade;
c) grave: é o inadimplemento ou a falha que impeça a execução normal do certame ou do objeto do contrato, desconfigurando sua finalidade ou impossibilitando sua continuidade.

II – as circunstâncias agravantes, que observarão:
a) a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
b) o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
c) a apresentação de documento falso no curso do procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanção administrativa;
d) a reincidência: quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

III – as circunstâncias atenuantes, que observarão:
a) a primariedade: não ter sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já ter sido reabilitado;
b) ter procurado evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
c) ter reparado o dano antes do julgamento;
d) ter confessado a autoria da infração.

IV – as peculiaridades do caso concreto;

V – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

VI – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9 Para efeito de reincidência:
I – considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;
II – não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva desta e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;
III – não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação à infração anterior.

13.10 Os prazos previstos neste TR serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão o disposto no art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.11 Após aplicação da penalidade, o contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da penalidade, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas pelo MPRN, para fins de publicidade no CEIS, no CNEP e no SICAF, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1 Para comprovar sua capacidade técnica, o licitante deverá apresentar pelo menos um atestado, emitido exclusivamente em seu nome por pessoa jurídica de direito público ou privado. Este atestado deve comprovar o fornecimento de produtos compatível com o objeto descrito neste Termo de Referência.

14.2 O licitante se compromete a fornecer, quando solicitado pela Administração, todas as informações e documentos necessários para verificar a autenticidade dos atestados apresentados. Isso pode incluir, por exemplo, cópia do contrato relacionado ao atestado, endereço atual do contratante e local onde o objeto foi fornecido, dentre outros documentos.

15. AMOSTRA

15.1 O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo máximo 10 dias úteis, contados a partir da notificação encaminhada pelo pregoeiro, amostra dos produtos para verificação das exigências estabelecidas.

15.2 O prazo estabelecido no tópico 15.1 deste TR é improrrogável, portanto, não serão aceitos quaisquer pedidos de prorrogação, cabendo ao licitante assumir total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso da entrega da amostra no Setor de Protocolo desta PGJ.

15.3 A amostra deverá ser entregue no Setor de Protocolo no prazo previsto no 15.1 deste TR, aos cuidados do Departamento de Contratações, localizado na Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, nº 97, Candelária, em dias e horários de funcionamento da instituição.

15.4 A amostra deverá, obrigatoriamente, estar identificada com os seguintes dados:
a) Número do Pregão;
b) Número correspondente ao item do edital;
c) Razão social da licitante, endereço completo e número do telefone para contrato.

15.5 O contratante realizará a análise da amostra, no prazo máximo de 5 (cinco) dias

úteis, contados do seu recebimento, a qual emitirá o parecer de aceitação ou rejeição.

15.6 Na hipótese de rejeição da amostra, será disponibilizado novo prazo de 5 (cinco) dias úteis para correção dos motivos da rejeição, mediante ajustes ou apresentação de nova amostra.

15.7 O prazo de que trata o tópico 15.6 deste TR é improrrogável e será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação feita pelo pregoeiro, por meio do sistema eletrônico Comprasnet, devendo-se observar o local e horário de entrega previstos no tópico 15.3 e os mesmos critérios estabelecidos no tópico 15.4.

15.8 Realizadas as correções ou ofertada nova amostra, será emitido novo parecer, o qual constará manifestação conclusiva a respeito da aprovação ou reprovação do item apresentado, não sendo mais cabível novas correções ou nova amostra em caso de reprovação.

15.9 O parecer conclusivo fará parte do respectivo processo administrativo licitatório e, oportunamente, terá seu resultado divulgado pelo Pregoeiro, momento em que será dada publicidade a todos interessados.

15.10 Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

15.11 A amostra aprovada permanecerá em poder do MPRN, até a primeira compra realizada por esta instituição ao contratado.

15.12 A amostra recusada deverá ser retirada, pelo licitante, no Departamento de Patrimônio e Logística, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação realizada pelo Pregoeiro no sistema comprasnet, na qual constará o alerta de que o não recolhimento dos bens/produtos, no prazo concedido será interpretado como renúncia à propriedade destes, permitindo a esta Procuradoria-Geral de Justiça dar-lhes a destinação que entender cabível, seja doando-os ou incorporando-os definitivamente a seu patrimônio.

15.13 As amostras colocadas à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

16. GARANTIA

16.1 O mobiliário deverá possuir garantia do fabricante no mínimo de **60 (sessenta) meses** contra defeitos de fabricação e estruturais, contados a partir da emissão da nota fiscal.

16.2 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Considera-se comunicação oficial qualquer contato realizado por correspondência (física ou eletrônica, incluindo WhatsApp) ou publicação no Diário Oficial do Estado.

17.2 Ambas as partes devem fornecer um número de telefone válido para contato via WhatsApp e um endereço de e-mail ativo para fins de comunicação oficial.

17.3 É expressamente proibida qualquer contratação que viole as disposições da Resolução nº 006/2018-PGJ/RN, que trata das hipóteses de nepotismo no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

17.4 Dúvidas ou solicitações de informações adicionais sobre este Termo de Referência devem ser dirigidas à unidade requisitante, por meio de ofício, e-mail para dadm@mprn.mp.br ou telefone 99994.8404, durante o horário de funcionamento da instituição.

Natal/RN, (data da assinatura eletrônica)

(documento assinado eletronicamente)
Alexsandro Câmara da Costa
Diretor Administrativo

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

EDITAL Nº 7/2026 (PNCP) / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026-PGJ/RN

(nome da empresa)**********, inscrito(a) no CNPJ n°**********, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)**********, portador(a) da Carteira de Identidade no********** e do CPF nº **********, ocupante do cargo de********** DECLARA, nos termos do art. 1º, da Resolução nº 6/2018-PGJ/RN e dos arts. 3º e 4º, da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com as modificações promovidas pela Resolução nº 172, de 04 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público; para fins de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIO CORPORATIVO (MESAS DE REUNIÃO, MESAS DE TRABALHO, ESTAÇÕES DE TRABALHO, MESAS PARA COPA E GAVETEIROS), COM CARACTERÍSTICAS DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)**, que:

( ) Esta empresa NÃO POSSUI em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas OU ocupantes de tais cargos ou funções quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do MPRN situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação ou ocupantes de tais cargos quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação;

( ) Esta empresa POSSUI em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas OU ocupantes de tais

cargos ou funções quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do MPRN situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação ou ocupantes de tais cargos quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, abaixo identificado(s):

Nome do servidor/membro **********

Cargo:**********

Grau de Parentesco:**********

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Local e data,

****

(nome legível) e assinatura do Representante legal

ANEXO III – VALOR MÁXIMO

EDITAL Nº 7/2026 (PNCP) / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026-PGJ/RN

Item	Descrição	Quant. (A)	Unid.	Valor Unit. (B)	Valor Total (AXB)
1	**Mesa Redonda para reuniões - diâmetro 120cm**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	30	Unid	1.814,84	54.445,20
2	**Mesa Redonda para reuniões - diâmetro 100cm**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	30	Unid	1.649,00	49.470,00
3	**Mesa Reta para PCD - largura 120cm**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	50	Unid	1.205,25	60.262,50
4	**Mesa Reta para PCD - largura 100cm**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	50	Unid	1.106,67	55.333,50
5	**Estação de Trabalho Angular Simétrica (140x140x90x90)**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	50	Unid	2.507,13	125.356,50
6	**Estação de Trabalho Angular Simétrica (160x160x90x90)**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	50	Unid	2.932,00	146.600,00
7	**Mesa para Copa Quadrada - 90cm**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	20	Unid	650,00	13.000,00
8	**Gaveteiro Volante com 04 Gavetas**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	60	Unid	990,81	59.448,60
VALOR TOTAL ……					**R$ 563.916,30**

OBSERVAÇÃO:

a) Valor unitário (B) = refere-se ao custo unitário de cada produto.

b) Valor total = (A) x (B).

c) As condições para aquisição dos produtos são aquelas consignadas no Anexo I – Termo de Referência.

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL Nº 7/2026 (PNCP) / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026-PGJ/RN

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº */2026-PGJ**

Aos ** de ********* de 2026, a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com sede à Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, inscrita no CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04, neste ato representada pela PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTA, JULIANA LIMEIRA TEIXEIRA CPF/MF sob nº ***.***.***-**, residente e domiciliada em Natal/RN, nos termos da Lei n. 14.133/2021, Resolução n° 171/2023 – PGJ/RN, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº **/2026-PGJ, RESOLVE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário ********, localizado ******, inscrito no CNPJ sob o nº **********, representado pelo **********, inscrito no CPF/MF sob o nº **********, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND.	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	**Mesa Redonda para reuniões - diâmetro 120cm**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	30	Und		
2	**Mesa Redonda para reuniões - diâmetro 100cm**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	30	Und		
3	**Mesa Reta para PCD - largura 120cm**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	50	Und		
4	**Mesa Reta para PCD - largura 100cm**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	50	Und		
5	**Estação de Trabalho Angular Simétrica (140x140x90x90)**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	50	Und		
6	**Estação de Trabalho Angular Simétrica (160x160x90x90)**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	50	Und		

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND.	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
7	**Mesa para Copa Quadrada - 90cm**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	20	Und		
8	**Gaveteiro Volante com 04 Gavetas**. Demais especificações no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	60	Und		

1 DO OBJETO

1.1 **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIO CORPORATIVO (MESAS DE REUNIÃO, MESAS DE TRABALHO, ESTAÇÕES DE TRABALHO, MESAS PARA COPA E GAVETEIROS), COM CARACTERÍSTICAS DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)**, para atender às necessidades do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do Pregão supracitado.

2 DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (UM) ANO**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Estado e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2 A existência desta ARP implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a PGJ a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

2.3 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no Art. 14 da Resolução nº 171/2023-PGJ/RN.

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Telefone: (84) 98824-4517 - E-mail: pgja@mprn.mp.br

3 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a proposta da empresa registrada, independentemente de transcrição.

3.2 Constitui Anexo ao presente instrumento a Ata de Formação do Cadastro de Reserva constante do portal Compras.gov.br – acessível publicamente em www.gov.br/compras, contendo o registro:

a) Das licitantes não desclassificadas que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da adjudicatária, observada a classificação na licitação; e
b) Das licitantes não desclassificadas que mantiverem sua proposta original.

3.3 Fica eleito o foro da Comarca de Natal/RN, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Natal (RN), *** de **********de 2026

****
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

REPRESENTANTE LEGAL
Razão social da empresa

ANEXO V – MINUTA DA NOTA DE EMPENHO

EDITAL Nº 7/2026 (PNCP) / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026-PGJ/RN

Unidade Gestora	**Número**	**Data Referência**
Gestão 00001 Gestão Tesouro	**Processo**	**Nota Empenho Original**
Evento 400010 Emissão de Empenho da Despesa	**Referência Legal**	**Pré-Empenho**
Credor	**Modalidade Empenho**	**Empenho Centralizado**
Endereço Credor	**Valor**	
Grupo Programação Financeira	**Tipo Prestação Contas**	**Tipo Contrato** Outros
Modalidade Licitação 12 Pregão Eletrônico	**Transação** 0540 Nota Empenho	**Obedece Ordem Cronológica** Sim
Unidade Gestora Nota Descentralização Crédito	**Nota Descentralização Crédito**	
Gestão Nota Descentralização Crédito		
Histórico		

INFORMAÇÕES QUANTO AO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E HIPÓTESES DE SANÇÃO ESTÃO PRESENTES NO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº / - PGJ

Classificação Orçamentária

Esfera	**Unidade Orçamentária**	**Programa Trabalho**
Função		**Subfunção**
Programa		**Ação**
Subação		**Fonte Recurso**
Natureza Despesa		

Cronograma Desembolso

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**
Abril	**Maio**	**Junho**
Julho	**Agosto**	**Setembro**
Outubro	**Novembro**	**Dezembro**

Descrição Itens

Item	Cód. Material	Qtd	Especificação	Unidade Medida	Valor Unitário	Valor Total

Ordenador Primário **Ordenador Secundário**